

O ENSINO NOTURNO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: CARÁTER INCLUDENTE?

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar – UNESP

PIOTTO, Débora Cristina – USP

PINTO, José Marcelino de Rezende – USP

GT-11: Política de Educação Superior

A Educação Superior no Brasil é caracterizada pela restrição. Em 2001, dos quase 23 milhões de jovens com idades entre 18 e 24 anos, apenas cerca de três milhões cursavam o Ensino Superior, um percentual de 13% (OLIVEIRA et al., 2006). A posição ocupada pelo País, em relação à taxa de escolarização na Educação Superior, é inferior a quase todos os seus vizinhos da América Latina, estando o Brasil, no ano de referência 1999/2000, abaixo da Argentina, cujo percentual de atendimento nesse nível de ensino é de 48%, do Chile, com taxa de 38%, da Bolívia, com 33%, do Uruguai, com 34% dos jovens no Ensino Superior e da Colômbia, com 22% (UNESCO, 2003).

Não obstante a taxa de escolarização na Educação Superior ser baixa, ela é fruto de uma recente expansão que aumentou em 129% o número de estudantes no Ensino Superior atendidos entre 1989 e 2002 (OLIVEIRA et al., 2006). Essa ampliação, todavia, localizou-se predominantemente no setor privado que, em 2002, detinha 70% de todas as matrículas na Educação Superior, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos países com mais alto grau de privatização nesse nível de ensino (UNESCO, 2003).

Assim, grande parte das matrículas no Ensino Superior noturno está concentrada em instituições privadas, fato que traz dificuldades de permanência para o aluno trabalhador (CAVALCANTE, 2007).

Nesse sentido, esforços de ampliação do acesso ao Ensino Superior estão também relacionados à criação de cursos noturnos em universidades públicas que visariam, em tese, ao atendimento do aluno das camadas populares.

A Constituição Estadual de São Paulo determina que um terço das vagas nas universidades públicas devem ser oferecidas no período noturno, preceito cumprido apenas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Em decorrência disso, o Ministério Público Estadual iniciou um movimento que resultou, para o caso da Universidade de São Paulo (USP), em um Termo de Ajustamento de Conduta através do qual a Universidade se comprometeu a ampliar suas vagas no período noturno.

Partindo desse contexto, o objetivo do presente trabalho é discutir o perfil de universitários de cursos noturnos, bem como o conhecimento de e o acesso a programas de assistência estudantil por parte desses alunos.

Para isso foram aplicados questionários a alunos dos primeiros cursos noturnos criados na USP – *campus* Ribeirão Preto, a saber: Administração, Economia, Ciências Contábeis, Pedagogia e Física Médica; esses cursos foram escolhidos pelo fato de existirem há, pelo menos, três anos à época da realização da pesquisa de campo.

O questionário, organizado em quatro eixos temáticos (identificação, informações familiares, antecedentes escolares e vida acadêmica), foi respondido por 104 estudantes que cursavam o segundo semestre: 28 do curso de Administração, 26 de Economia, 08 de Ciências Contábeis, 23 de Pedagogia e 20 de Física Médica.

Em relação ao perfil dos respondentes, temos que 53 são mulheres e 51 homens. A faixa etária varia entre 18 e 39 anos, possuindo os cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia o maior número de alunos mais velhos. Já nos cursos de Economia, Física Médica e Administração, a maior parte dos alunos possui até 20 anos. A maioria dos estudantes se auto-declara como brancos; a etnia parda aparece nos cursos de Física Médica, Pedagogia, Economia e Administração, e a cor amarela é citada apenas nos cursos de Economia e Física Médica.

No tocante à escolaridade das mães dos alunos, tem-se que a maior parte delas possui, no mínimo, Ensino Médio completo, havendo, no entanto, diferenças entre os cursos. Assim, enquanto as mães com maior nível de escolarização (Ensino Superior completo ou pós-graduação) estão mais presentes nos cursos de Administração, seguido de Economia e Física Médica, mães analfabetas ou que não estudaram aparecem apenas nos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis.

Sobre o tipo de Ensino Médio freqüentado, a maior parte dos alunos estudou em escola particular; todavia, mais uma vez, existem diferenças entre os cursos. Assim, em Pedagogia e Ciências Contábeis, a maioria dos estudantes cursou todo o Ensino Médio em escolas públicas. Já nos cursos de Administração e Economia encontram-se os maiores índices de alunos que cursaram, exclusivamente, escolas particulares.

Em relação aos estudantes que trabalham, os cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis são aqueles que apresentam maior porcentagem de alunos trabalhadores e os únicos com pessoas que trabalham mais de 40 horas semanais. Já o curso de Física Médica é o que apresenta maior número de estudantes que não trabalham, seguido por Administração e Economia.

No que se refere ao sustento financeiro, tem-se que a maior parte dos alunos é integralmente sustentada pela família, estando os maiores índices localizados nos cursos de Física Médica (95%), Administração (78%) e Economia (72%). Pedagogia e Ciências Contábeis aparecem como os cursos que possuem maior número de alunos trabalhadores que contribuem com a renda da família, sendo também os únicos em que constam alunos que afirmam ser os principais responsáveis pelo sustento da casa.

Esses dados corroboram a existência de diferenciação e hierarquia entre as carreiras universitárias como mostraram, por exemplo, as pesquisas realizadas por SETTON (1999) e BRAGA; PEIXOTO; BOGUTCHI (2001). Assim, de modo geral, Pedagogia e Ciências Contábeis são os cursos cujos alunos apresentam perfil socioeconômico mais baixo.

Quando perguntados sobre o conhecimento dos programas de assistência ao estudante oferecidos no *campus*, 51 alunos (49%) afirmaram conhecer tais programas. Contudo, há grande variação entre os cursos, já que em Pedagogia e Física Médica a maioria dos alunos afirma conhecê-los, diferentemente dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, nos quais a maioria declara desconhecimento.

Ao se analisar o uso dos programas, constata-se que apenas 15,4% dos alunos afirmam utilizá-los. O maior índice de utilização ocorre no curso de Física Médica (30%), seguido por Ciências Contábeis (25%), Pedagogia (17%), Administração (11%) e Economia (4%).

Além disso, há diferença entre os cursos quanto ao tipo de serviço utilizado. Assim, enquanto entre os alunos de Administração e Economia predomina a utilização da assistência médica¹ (67% no primeiro e 100% no segundo), nos demais cursos prevalecem o uso de programas de bolsa alimentação² e moradia³ que, ao contrário daquela, são

¹ Convênio feito pela Universidade com uma empresa privada de medicina de grupo.

² Isenção do pagamento das refeições oferecidas pelo restaurante universitário.

³ Moradia estudantil gratuita localizada no *campus*.

voltados para alunos de menor renda. Analisando por programa, observa-se em primeiro lugar a utilização do benefício da bolsa-alimentação (36% dos casos), seguida pela moradia estudantil e assistência médico-odontológica (28% dos casos). O programa bolsa-trabalho⁴ aparece com somente uma indicação no curso de Física-Médica. Quanto ao perfil dos alunos que usam os programas oferecidos, no que se refere à forma como se mantêm financeiramente, constata-se que 75% não trabalham. Esse dado, se de um lado, mostra que os programas, eventualmente, surgem como uma alternativa para que os alunos se dediquem exclusivamente ao estudo, o que é um aspecto inclusivo importante, de outro, parece apontar que os alunos que trabalham acabam não se beneficiando dos programas oferecidos, seja porque não se enquadram nos critérios de seleção, seja porque os benefícios advindos desses programas não são suficientes para que eles deixem o trabalho e se dediquem exclusivamente ao estudo. Esse último aspecto parece válido particularmente nos cursos de Ciências Contábeis e Pedagogia, nos quais, embora os alunos venham de famílias de menor renda, encontram maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho, em função de sua área profissional, como, por exemplo, ocorre com os alunos de Pedagogia que logo no início do Curso conseguem estágio remunerado em escolas públicas e privadas. Nesse aspecto, Física Médica é o curso cujos alunos acabam se utilizando mais dos programas voltados a alunos de menor renda (bolsa-alimentação, moradia e bolsa-trabalho).

Finalmente, no caso da moradia, os alunos que a utilizam (apenas sete do total de respondentes) a consideram adequada (nota 8,3), mas questionam a justeza da seleção (a nota atribuída a esse quesito foi 6,7) e, principalmente, a oferta de vagas (nota 6,3). De fato, talvez a moradia tenha sido o setor em que a Universidade menos se preparou para atender ao crescimento da demanda com a criação de novos cursos, já que praticamente não foram abertas novas vagas.

Estudos que tratam da presença de estudantes das camadas populares no Ensino Superior, como, por exemplo, os realizados por ZAGO (2006), PORTES (1993; 2001) e ALMEIDA (2006), têm investigado, além do acesso, as condições de permanência no Ensino Superior, sendo que os programas de assistência estudantil são apontados como

⁴ Benefício pago pela realização de atividades em projeto previamente selecionado pela Coordenadoria de Assistência Social da USP, com valor equivalente a um salário mínimo.

possuindo papel fundamental para a inserção e a “sobrevivência” desses estudantes na Educação Superior.

No entanto, os dados apresentados neste estudo mostram que a expansão dos cursos noturnos no *campus* da USP de Ribeirão Preto, no período analisado, não esteve pautada pela lógica da inclusão dos alunos advindos de famílias de menor renda e nem envolveu uma preocupação de assegurar que esses, caso entrassem nesses cursos, encontrassem condições adequadas de permanência e, se possível, de dedicação integral aos estudos. Ao que tudo indica, frente à ausência de um plano diretor de crescimento definido pelos colegiados centrais da Universidade, os critérios de abertura dos cursos noturnos estiveram mais associados a demandas internas de crescimento dos departamentos.

Assim, no caso da USP de Ribeirão Preto não houve a adequada expansão dos serviços de alimentação e moradia ou mesmo melhoria das condições de circulação do *campus* no período noturno. Esses fatos nos permitem supor que os alunos dos cursos analisados provenientes das camadas populares podem estar enfrentando dificuldades para permanecer na Universidade e concluir seus estudos. Se as avaliações não surgem de forma mais crítica tal fato parece decorrer da própria dinâmica de funcionamento destes cursos, nos quais os alunos se sentem como que apartados do cotidiano do *campus*, como alunos “em tempo parcial”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W.A. *Esforço contínuo: estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais na USP*. SP, 2006. Dissert. (mestr.) FFLCH.
- BRAGA, M.M.; PEIXOTO, M.C.; BOGUTCHI, T.F. Tendências da demanda pelo ensino superior: um estudo de caso da UFMG. *Cadernos de Pesquisa*. SP, n. 113, p. 129 – 152, julho 2001.
- CAVALCANTE, M.C. *Políticas públicas da Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006)*. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Anual da Anped. 2007.
- OLIVEIRA, J.F. et al. *Políticas de acesso e expansão da Educação Superior: concepções e desafios*. Brasília: MEC/INEP, 2006.

PORTES, E.A. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. Belo Horizonte, 2001. Tese (dout.) FAE/UFMG.

_____. *Trajetórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares*. BH, Dissertação (Mestrado), FAE/UFMG, 1993.

SETTON, M.G. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, vol. 80, n. 196, p. 451-471, set./dez. 1999.

UNESCO. *Global Education Digest*. Montreal, Canada, UNESCO-ISIS, 2003.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista brasileira de educação*. Campinas, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.